

---

## A TRAJETÓRIA DOS UNIVERSITÁRIOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF), NA CIDADE DE ALCÂNTARAS- CEARÁ

Bertoni Vasconcelos **DIOGO**.

Filiação Institucional: Professor do Ensino Médio da Rede Estadual de Educação do Ceará.

E-mail: bertoni75@gmail.com; Orcid: 0000-0001-5050-0685

Virgínia Célia Cavalcante de **HOLANDA**

Filiação: Profa. Associada da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

E-mail: virginia\_holanda@uvanet.br; Orcid: 0000-0001-6070-7292

Histórico do Artigo:

*Recebido*

*Junho de 2020*

*Aceito*

*Outubro de 2020*

*Publicado*

*Dezembro 2020*

---

---

---

**RESUMO:** O presente artigo analisa as repercussões do Programa Bolsa Família (PBF) na vida de jovens que sonham com a universidade. Nesse contexto, buscou-se compreender as trajetórias e os desafios na vida de dois jovens beneficiários da cidade de Alcântaras/CE. A pesquisa baseou-se nos seus relatos por meio de entrevistas semiestruturadas. Os dois jovens entrevistados estudam na Universidade Estadual do Vale do Acaraú-UVA, situada em Sobral/CE. Os depoimentos revelam suas dificuldades cotidianas e como o repasse financeiro por meio do Programa faz diferença em suas vidas, contribuindo para o acesso ao ensino superior em uma Instituição Pública Estadual.

**Palavras-chave:** Programa Bolsa Família. Educação. Ensino Superior.

## THE PATH OF COLLEGE STUDENTS BENEFICIARY FROM BOLSA FAMÍLIA PROGRAM (PBF) IN THE CITY OF ALCÂNTARAS – CEARÁ

**ABSTRACT:** This scientific paper analyzes the repercussions of the Bolsa Família Program (PBF) on the lives of young people who dream to be in an university. In this context, we seek to understand the trajectories and challenges in the lives of two young beneficiaries in the city of Alcântaras / CE. The research was based on their reports through semi-structured

Revista Equador (UFPI), Vol. 9, Nº 4, Ano, 2020, p.96 - 112

Home: <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/equador>

interviews; both study at the Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA, located in Sobral / CE. Reports reveal their everyday difficulties and how the financial transfers through the program make a difference in their lives, contributing to access to higher education in a State Public Institution.

**Keywords:** Bolsa Família Program. Education. University Education.

## **LA TRAYECTORIA DE LOS UNIVERSITARIOS DEL PROGRAMA BOLSA FAMILIA (PBF) EN LA CIUDAD DE ALCÂNTARA - CEARÁ**

**RESUMEN:** El presente artículo analiza las repercusiones del “Programa Bolsa Família” (PBF) en la vida de los jóvenes que sueñan con la universidad. En ese contexto, se ha buscado comprender la trayectoria y los desafíos en la vida de dos jóvenes beneficiarios de la ciudad de Alcântaras (Ceará, Brasil). La investigación se ha basado en sus relatos por medio de entrevistas semiestructuradas. Ambos estudian en la Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA), ubicada en Sobral (Ceará, Brasil). Los testimonios han revelado sus dificultades cotidianas y como el repase financiero por medio del programa hacen diferencia en sus vidas, contribuyendo para el acceso a la enseñanza superior en una institución pública estatal.

**Palabras clave:** Programa Bolsa Família. Educación. Enseñanza Superior.

## **INTRODUÇÃO**

O Programa Bolsa Família (PBF), no Brasil, é fruto de experiências pioneiras, no ano de 1995, em Campinas e Ribeirão Preto a partir do Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima; do Programa Bolsa Escola, em Brasília e do Programa Nossa Família, na cidade de Santos. Silva e Lima (2014) explicam que o PBF representou uma inovação no âmbito dos programas de transferência de renda que foram surgindo desde 1995, nas cidades de Campinas (SP), Ribeirão Preto (SP), Santos (SP) e Brasília (DF).

Essas ações foram iniciativas locais bem sucedidas e importantes, seguidas de outras experiências, favorecendo a criação de programas de maior amplitude. Esses programas, por sua vez, serviram como referência para o PBF, que copiou e aprimorou a exigência da frequência escolar, o comprometimento dos pais e o repasse monetário.

De início, eram programas fragmentados, atendendo poucas famílias no território brasileiro. Além de serem escassos, eram paliativos e desconectados da realidade dos beneficiários, além de se dispersarem nos três níveis de governo. Os valores repassados às famílias nem sempre eram os mesmos entre as regiões, passando por algumas variações, o que nem sempre correspondia as reais necessidades das famílias beneficiárias.

Eleito Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, com dois mandatos consecutivos (2003 a 2010), e ciente dos graves problemas causados pela desigualdade social no país, decide unificar os programas existentes (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil–PETI, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e o Vale Gás), formalizando o PBF, instituído pela medida provisória nº. 132 de 20 de outubro de 2003, transformada na Lei nº. 10.836 de 09 de janeiro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº. 5.209 de 17 de setembro de 2004.

Santana (2007) explica que a integração de diferentes programas buscou superar as limitações que eles tinham isoladamente, pois cada um apresentava sua própria estrutura administrativa e sua forma específica de selecionar os beneficiários. Essa desarticulação entre os programas contribuía para a sua ineficiência, servindo apenas como uma medida paliativa.

Com a unificação, o PBF passou a ser coordenado pela Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC), sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O pacote composto por vários programas em um só fez do PBF o quarto maior do país, com orçamento anual em 2019 na casa dos R\$ 30 bilhões (BRASIL, 2020), ficando atrás apenas do Sistema Único de Saúde (SUS), da Educação e da Previdência Social.

O PBF é uma política pública que visa atender às famílias em situação de extrema pobreza, cuja renda per capita é menor que R\$ 85,00 ou aquelas em estado de pobreza que possuem renda per capita de R\$ 85,01 a R\$ 170,00. Essa transferência é condicionada ao compromisso que as famílias assumem de garantir o acesso de suas crianças e adolescentes à saúde e à educação. As famílias que descumprem as responsabilidades podem sofrer efeitos gradativos que variam desde uma advertência, passando pelo bloqueio e suspensão do benefício.

Essas responsabilidades são conhecidas como condicionalidades: as crianças menores de sete anos devem ser vacinadas e ter acompanhamento de peso e altura; gestantes precisam fazer o pré-natal; crianças e adolescentes de 6 a 15 anos devem ter frequência escolar mínima de 85% a cada mês e os jovens de 16 e 17 anos devem ter frequência escolar mínima de 75% das aulas a cada mês (BRASIL, PBSM, 2019).

As condicionalidades do PBF foram regulamentadas pela portaria nº. 321, de 29 de setembro de 2008, juntamente a Portaria MS/MDS nº. 2.509 de 18 de novembro de 2004, que normatiza o compromisso das famílias com a saúde e pela Portaria que trata dos compromissos das famílias com a educação MEC/MDS nº. 3.789, de 17 de novembro de

2004. Cabe aos ministérios da Saúde e da Educação a responsabilidade de fornecer os serviços e realizar a cobrança das condicionalidades.

Em pouco mais de uma década de existência, o PBF tem alcançado milhares de brasileiros que viviam na linha de pobreza e extrema pobreza. É um repasse monetário relativamente pequeno, algo em média de R\$ 170,00 para as famílias, mas que faz uma diferença significativa em suas vidas. Para termos uma dimensão do seu alcance, conforme a folha de pagamentos, o programa tem distribuído o montante de R\$ 2,4 bilhões por ano, beneficiando um em cada quatro brasileiros.

Os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2012) indicam que, entre 2001 a 2011, a renda dos brasileiros mais pobres cresceu 91,2%. Barros *et. al.* (2010), ao analisar a desigualdade de renda no país, tendo como referência os dados do coeficiente de *Gini*, em 2007, constatou ser uma das menores nos últimos trinta anos. Esses são dados importantes que evidenciam como as famílias de baixo poder aquisitivo estão passando por uma ascensão social no espaço de tempo que foi implantado o PBF, em todos os estados da federação.

Seus impactos também são sentidos na educação, como constatamos no estudo de Weissheimer (2006), pois, em pouco mais de três anos de existência do PBF, quase 9 milhões de beneficiários entre 6 a 17 anos melhoraram a sua frequência escolar, graças ao sistema de acompanhamento que registra a frequência individual de cada estudante, o que tem contribuído para a redução do trabalho infantil no país.

Os esforços do PBF têm como público alvo as famílias que estão em situação de vulnerabilidade social, buscando, através do repasse monetário, o alívio imediato da pobreza. É um programa de transferência de renda com ampla abrangência geográfica, garantindo que as famílias tenham acesso a bens básicos e um pouco de dignidade em suas vidas. Outro ponto importante que acompanha a abrangência geográfica do programa é o incentivo para que as famílias cumpram as condicionalidades de saúde e educação.

As condicionalidades atuam como eficientes estratégias que visam resultados a curto e longo prazo. A esse respeito, Camargo (2006) explica que o objetivo do PBF não é apenas repassar dinheiro a quem precisa, na verdade, vai muito além disso. O intuito é investir no futuro do país, criando condições para que as próximas gerações tenham mais capital humano.

A condicionalidade de educação é a que se enquadra nesse objetivo, fazendo com que as crianças permaneçam no espaço escolar. O PBF atua, também, conscientizando os pais sobre a importância que a educação tem para o futuro dos seus filhos. São medidas que buscam resultados não só no desenvolvimento intelectual das crianças; elas contribuem,

ainda, para a mudança comportamental dos pais, trazendo-os para dentro da escola, criando ou reforçando o seu senso de responsabilidade; incentivando-os a participar de reuniões e acompanhar o desempenho escolar dos filhos.

Com esses breves apontamentos sobre os objetivos e configuração do PBF no território brasileiro, achamos necessário analisar se realmente seus impactos são capazes de criar condições que favorecem a entrada de jovens oriundos de famílias carentes no ensino superior. Para alcançar esse objetivo, os sujeitos de nossa pesquisa são dois jovens beneficiários da cidade de Alcântaras/CE que estudam na Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA (Sobral/CE). As informações que compõem este artigo baseiam-se, portanto, nas suas narrativas, onde relatam suas dificuldades para chegar à universidade.

A metodologia adotada para o desenvolvimento desta pesquisa tem por base a realização de levantamento bibliográfico, documental e a consulta a dados secundários em fontes oficiais: sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Página oficial do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), além de observações diretas. De igual modo, realizamos trabalhos de campo e entrevistas semiestruturadas. Cabe salientar que usaremos nomes fictícios para preservar a identidade dos entrevistados.

## **O PBF NO MUNICÍPIO DE ALCÂNTARA**

O município de Alcântara surgiu em torno da capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, construída em 1908. Em suas décadas de história, passou por significativas mudanças: já pertenceu a Sobral, Massapê e Meruoca. No ano de 1957, foi elevada à categoria de Município. Inicialmente, era conhecida como Sítio São José e, posteriormente, São José dos Alcântaras. Em 20 de dezembro de 1938, pela Lei nº 448, a cidade passou a ser chamada definitivamente de Alcântaras.

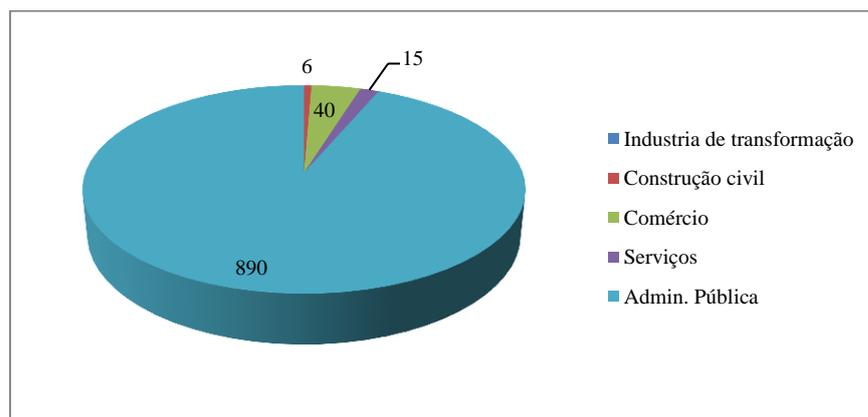
O município está localizado na Serra da Meruoca, com forte ocupação de sua população voltada para a atividade agrícola. Tem como principal via de acesso a CE 240; faz divisa com Coreaú, Moraújo, Sobral, Meruoca e Massapê. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019a), o município abriga uma população de 11.529 habitantes, dos quais 3.689 vivem na zona urbana, o que equivale a 32% da população e 7.839 vivem na zona rural, 68% da população. Portanto, trata-se de uma população mais rural que urbana.

O seu território está localizado na região de barlavento da Serra da Meruoca que tem como principal característica apresentar baixos índices pluviométricos, o que compromete a

agricultura local. Sua economia é relativamente baixa, com um PIB per capita de apenas R\$ 5.230,63, ficando em 170º dos 184 municípios que compõem o ranque estadual. O seu Índice Desenvolvimento Humano (IDHM) não é um dos melhores, sendo considerado médio, com 0,600 (IBGE, 2019b).

Esses baixos índices de desenvolvimento humano no município também têm relações com a pouca oferta de emprego. De acordo com os dados do IPECE, para o ano de 2017 (última atualização), no município, não há indústrias e o principal empregador formal é o setor público. O Gráfico 1 reflete bem essa deficiência estrutural do município, em que o total de emprego formal chega apenas a 951.

Gráfico 1- Geração de empregos formais em Alcântaras/CE

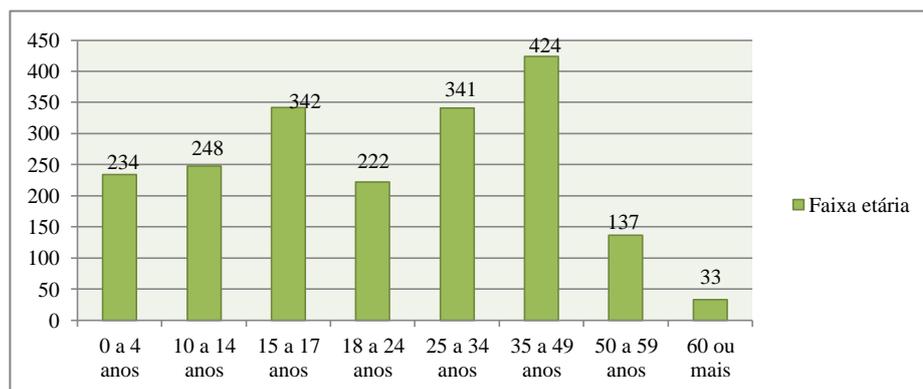


Fonte: IPCE- Perfil Básico Municipal – PBM (Alcântaras), 2017.

Com relação aos serviços, a administração pública é a maior empregadora, com patamares acima de 90%, ou seja, praticamente todo o trabalho que ocorre fora da esfera pública se dá no âmbito da informalidade. Esse é um aspecto negativo, pois significa que a maioria das pessoas residentes em Alcântara trabalha sem a garantia de receber seus direitos trabalhistas, como férias, décimo terceiro ou até mesmo contribuir com a Previdência Social. A agricultura familiar também é muito importante para a sua ocupação, cuja principal produção é o milho e o feijão.

A falta de emprego também repercute na quantidade de pessoas que vivem na linha de pobreza e extrema pobreza no município. Dos 11.529 habitantes, 1.081 famílias são beneficiárias do PBF, o que equivale a 23,57% da população total, sendo que 1.981 pessoas vivem na extrema pobreza. Os dados do Gráfico 2 ilustram como está distribuída a população que vive em extrema pobreza por faixa etária.

Gráfico 2 – População em extrema pobreza por faixa etária- Alcântaras/CE.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico – 2010.

Conforme os dados do Gráfico 2, constatamos que a maior parte da população que vive em extrema pobreza está na faixa etária dos 35 a 49 anos, composta por 424 pessoas. Em segundo, com 342, vem a faixa etária de 25 a 34. E, com 341 pessoas, aparece, em terceiro lugar, a faixa etária de 15 a 17 anos, possivelmente composta por alguns estudantes que estão no último ano do ensino médio.

Dentre as faixas etárias, cabe especial atenção para os dados referentes às idades de 18 a 24 anos, com 222 pessoas classificadas como extremamente pobre. São pessoas que estão em idades economicamente ativas, mas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, lutando para reverter esse quadro. Dentre esses sujeitos, há jovens que conseguiram com muito esforço passar no vestibular.

Ainda com base nesses dados, fazendo a soma da população entre 50 a 60 ou mais, constatamos que 170 pessoas vivem em extrema pobreza, pois a renda per capita é menor que R\$ 85,00. São pessoas que ainda permanecem sob os grilhões da pobreza desde o dia que nasceram. A faixa etária de 0 a 34 anos é composta por filhos que, muito provavelmente, são netos das pessoas que estão nas duas últimas faixas etárias. Isso nos leva a crê que a pobreza entre essas famílias atravessa gerações.

O número de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza no município de Alcântara também se refletem nos valores repassados pelo PBF. Em 2018, a soma do valor injetado pelo Governo Federal via PBF no município, segundo os dados do Relatório dos Programas e Ações na página do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), chegou as cifras dos R\$ 1.899.503,00, quase dois milhões de reais (BRASIL, 2018).

Muito embora o repasse do PBF seja um alívio imediato contra a pobreza para grande parte das famílias alcantarense, isso ainda não traduz os reais efeitos do programa na vida das famílias. Afinal, não é somente o valor em espécie repassado por essa política social e as

possibilidades do seu uso que devem ser analisados, mas sim, o diferencial que esse repasse monetário pode promover na vida de famílias pobres do município.

São famílias geralmente constituídas por pais analfabetos que foram obrigados, em sua infância, a escolher o trabalho na roça ao invés dos livros. Essa opção entre a enxada e os livros ainda é uma triste realidade na vida de muitas crianças no Brasil, pois, embora frequentem a escola, esses jovens são obrigados a trabalhar para complementar a renda da casa.

É pensando nessa realidade que o PBF tem a educação como uma de suas principais condicionalidades. A frequência escolar se configura como uma importante estratégia de combate à pobreza, haja vista o acesso à educação permitir a construção de uma sociedade mais justa e menos desigual. Garcia e Hillesheim (2017) definem a importância da educação como sendo uma mediação fundamental para o enfrentamento das desigualdades sociais.

A condicionalidade de educação, além de garantir a permanência das crianças e jovens em sala, busca também aumentar suas chances de sair da condição de pobreza. Para Abranches (1985, p.43), “o acesso à educação é um recurso, parcial mais importante, na luta por melhores oportunidades”. A educação é, portanto, um mecanismo de proteção social que visa assegurar para todos as mesmas oportunidades e possibilitar que adquiram os conhecimentos necessários para lutar por seus direitos.

Os dados no Quadro 1 são referentes aos anos de 2000 a 2010. Apesar de não serem tão atuais, esses dados são importantes, pois sintetizam bem o que vem acontecendo na vida escolar dos alcantarenses, podendo indicar se está havendo alguma evolução no histórico do nível de escolaridade dos alcantarenses. É importante destacar que achamos pertinente analisar esses dados, por compreender o mesmo espaço de tempo em que foi implantado o PBF.

Quadro 1- Histórico do nível de escolaridade do município de Alcântaras/CE.

Fundamental Incompleto e analfabeto (%)		Fundamental completo e Superior incompleto (%)		Superior completo (%)	
2000	2010	2000	2010	2000	2010
49,10	38,66	4,00	13,22	0,50	3,49

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2010.

As informações indicam uma gradativa evolução no nível de escolaridade dos alcantarenses, principalmente no que se refere à redução da taxa de analfabetismo no município, com uma queda de quase 10%, em uma década. No entanto, a realidade ainda é preocupante, com o número de analfabetos chegando próximo dos 40%.

Constatamos, também, que houve um elevado crescimento de estudantes concluindo o ensino fundamental e cursando o nível superior, saltando de 4%, em 2000, para 13,22%, em 2010. São dados que indicam como os índices educacionais no município estão passando por mudanças favoráveis, sinalizando que os jovens do município estão tendo mais condições de se dedicarem aos estudos.

A porcentagem dos alcantarenses com o ensino fundamental completo e os que estão fazendo um curso superior teve um considerável crescimento no período analisado, alcançando pouco mais dos 13%. Cabe destacar que a tendência é o aumento do percentual de estudantes com ensino superior no município. A justificativa para isso tem em vista a tendência de que os estudantes com ensino superior incompleto concluam seus cursos e passem para o grupo dos que têm o ensino superior completo.

Embora a taxa de analfabetismo no município ainda seja alta, os dados comprovam que os índices de educação vêm melhorando, tendo como reflexo o aumento no número de jovens concluindo o ensino médio que, por sua vez, repercute no aumento desses jovens fazendo um curso de nível superior.

No município de Alcântaras, as condicionalidades de educação do PBF vêm gerando bons resultados, com percentual de frequência escolar de 96, 23% das crianças e jovens de 6 a 17 anos frequentando o espaço escolar. São números maiores que a média nacional, que é de 93,81%. No estado do Ceará, essa média é de 89, 80% das crianças e jovens de acompanhamento da frequência escolar (BRASIL, PBSM, 2018).

Analisando os dados sobre o cumprimento das condicionalidades no município de Alcântaras, constatamos que esse município apresenta números excelentes, superando a média nacional. São informações que mostram o quanto as crianças do município estão frequentando e permanecendo na escola, o que é positivo. Quanto mais tempo essas crianças e jovens permanecem na escola, maiores são as chances de terem êxito na sua vida pessoal e profissional.

Os dados referentes ao ano de 2019 mostram que, no município, há 2.784 pessoas matriculadas na educação básica. Sendo 13 escolas de ensino fundamental com 2.294 alunos e uma escola de ensino médio, com 490 alunos, distribuídos nos turnos manhã e tarde.

## **DESAFIOS E CONQUISTAS DOS BENEFICIÁRIOS: DO PBF AO ENSINO SUPERIOR**

Os números referentes ao PBF, no município de Alcântaras, comprovam que ele é um importante programa na vida dos beneficiários, atendendo quase um quarto da população. Em

pouco mais de uma década de sua implementação, os índices referentes à educação no município têm se mostrado positivos, contribuindo, inclusive, para o aumento no número de jovens com ensino médio completo e de ingressos no ensino superior.

Segundo a Secretaria de Educação do município, o ano de 2019 contabilizou 285 jovens com idade entre 18 a 30 anos fazendo um curso de nível superior. Porém, esses números podem ser maiores porque a Secretaria de Educação só tem o controle dos estudantes que utilizam os ônibus municipais para se deslocar até Sobral, cidade que recebe o maior número de universitários alcantarenses. Além disso, há os estudantes que fazem faculdade no próprio município, geralmente, aos finais de semana com encontros a cada 15 dias e os que estudam nos cursos de graduação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), na cidade de Meruoca. Com isso, o número de universitários no município pode chegar a pouco mais de 400.

Para o desenvolvimento de nossa pesquisa, procuramos à Secretaria de Educação do município a fim de sabermos se ela dispõe de dados referentes aos universitários e ao perfil socioeconômico desses estudantes. Em linhas gerais, fomos informados de que a Secretaria se comunica com os universitários por um aplicativo de celular, no qual criaram um grupo contendo o número dos universitários que usam o transporte concedido pela prefeitura no trajeto de Alcântaras a Sobral.

Durante nossa visita à Secretaria de Educação para o levantamento de informações elementares, explicamos os motivos da nossa presença. Ou seja, informamos que estávamos fazendo uma pesquisa e que gostaríamos de conversar com universitários que fossem beneficiários ou ex-beneficiários do PBF. A responsável e administradora do grupo de aplicativo informou aos estudantes sobre a nossa pesquisa. Apenas duas pessoas manifestaram interesse em participar: uma jovem estudante do terceiro período do curso de Filosofia e um jovem estudante do quarto período do curso de Licenciatura em Geografia.

Conforme explicamos de início, buscamos preservar as identidades dos entrevistados, o que nos levou a nomear a estudante do curso de filosofia de *Maiara* e o discente do curso de licenciatura em Geografia de *Ricardo*. Os dois jovens têm uma história de vida muito parecida: são oriundos de famílias pobres e vivem com uma renda per capita de R\$ 170,00. Em 2018, conseguiram entrar no ensino superior; sendo os primeiros na família a estudar em uma universidade.

A trajetória desses dois alcantarenses até o ensino superior mostra uma realidade difícil e cheia de incertezas, mas essa é uma realidade que aos poucos vem mudando. Até pouco tempo atrás, estudar em uma universidade era um privilégio de poucos, pois era mais

comum que apenas membros de famílias com boas condições financeiras conseguissem esse direito.

Os filhos de famílias pobres eram obrigados a trabalhar para obter uma renda e ajudar nas despesas da casa, tendo que interromper os estudos; outros, nem sequer, tinham a oportunidade de estudar, como nos revela o estudo de Abranches (1985), ao mostrar que, nos anos de 1980, o país contabilizava quase 16 milhões de crianças com idade pré-escolar, mas, apenas 1 milhão deles estudava. Estudar era, de fato, um privilégio de poucos. Assim, muitos estudantes de famílias carentes, nem se quer, concluía o ensino fundamental.

As histórias de *Maiara* e *Ricardo* mostram que essa realidade aos poucos vem mudando. Os dois, mesmo vivendo na linha de pobreza, conseguiram concluir o ensino médio e ser aprovados no vestibular. O caminho percorrido por esses dois jovens corresponde à uma realidade na vida de muitos brasileiros e mostra o quão difícil é para um jovem pobre e estudante de escola pública chegar à universidade:

Eu lembro quando eu estudava na terceira série. Era uma turma de uns trinta. Só eu que concluí o ensino médio e consegui chegar na universidade. A pessoa tem que seguir em frente, apesar de todas as dificuldades, tem que enfrentar. A minha mãe era a minha motivação. É o sonho dela eu cursar a faculdade. Foi ela que mandou eu fazer a prova. Eu achava que não ia conseguir, mas graças a Deus eu passei. No Brasil nada é fácil. Para o pobre tudo é difícil; as condições não ajudam. O pobre nem sempre tem condições. Muitas vezes passa pela cabeça da pessoa pra desistir (*Maiara*).

Do fundamental até o ensino médio eu passei muita dificuldade. Nós tínhamos que levar o material para a escola; os professores pediam folha sem pauta, essas coisas. Nem sempre as salas tinham cadeira o suficiente, era preciso pegar em outra sala. No ensino médio, na prova mensal, nós fazíamos as provas todas escritas; tinha que escrever numa folha e entregar para o professor. E quando a prova tinha texto, era pior ainda, porque tinha que ser textos pequenos, e a interpretação textual era bem limitada. Nós trabalhávamos com interpretação textual, mas era uma coisa muito superficial. Até porque se fosse com textos grandes, não tinha como, porque perdia muito tempo escrevendo (*Ricardo*).

Os relatos dos dois jovens revelam a realidade de muitas escolas públicas brasileiras. Em alguns casos, os estudantes tinham que comprar o próprio material para fazer as provas. Nem sempre, os estudantes têm condições para comprar esses materiais. Pequenos detalhes como esses, muitas vezes, podem contribuir para que os estudantes percam o interesse pelos estudos. São barreiras que vão sendo impostas na trajetória dos estudantes e faz com que muitos fiquem pelo meio do caminho.

A fala de *Maiara* descreve bem o destino de muitos estudantes das escolas públicas. Numa turma de trinta estudantes, ela foi a única a entrar numa faculdade. A sua fala, quando

diz que foi a única que conseguiu, remete a difícil caminhada até a universidade. O termo “consegui”, usado por ela ao falar de suas dificuldades, mostra suas incertezas em meio a tantas dificuldades que foram surgindo na sua trajetória, mas, mesmo assim, ela se manteve forte. A sua história mostra que, para uma pessoa de família pobre conseguir concluir os estudos, não basta apenas ter boas aptidões cognitivas, é preciso força de vontade e perseverança numa disputa em que o fator intelectual é importante, mas só ele não é o suficiente.

A falta de material nas escolas prejudica o desenvolvimento intelectual dos estudantes, é o que vemos na fala de *Ricardo*, ao dizer que, em sua escola, era preciso comprar folhas para poder fazer as provas mensais. O simples fato de impor essas condições ao aluno já é uma afronta, pois com isso, joga-se uma responsabilidade que é do Estado na vida dos jovens. A falta de papel, um material básico e indispensável em qualquer escola, evidencia o tamanho da negligência com a educação desses jovens. São essas algumas das dificuldades com as quais o estudante pobre se depara quase todos os dias, como relata *Maiara*: “No Brasil, nada é fácil. Para pobre, tudo é difícil; as condições não ajudam”.

Empecilhos como esses são alguns dos fatores responsáveis para que muitos jovens se desmotivem, frustrando, assim, suas esperanças de conseguir um lugar digno na sociedade por meio dos estudos. As chances de um estudante pobre chegar ao ensino superior são reduzidas. Um estudo do IPEA (2011) mostra essa disparidade entre estudantes pobres e ricos. Os estudantes pobres têm, em média, 5,5 anos de estudos, enquanto os ricos, estudam 10,7 anos; segundo essa mesma pesquisa, o estudante rico tem uma vantagem de 5,2 anos a mais que o estudante pobre.

De acordo com dados do INEP, entre os anos de 2001 a 2010, a porcentagem de estudantes que fazem os exames para ingressarem no ensino superior e não conseguem, chega a 74%. Segundo Nunes (2011), esse elevado número de jovens que não logram êxito tem como reflexo na baixa qualidade dos ensinos fundamental e médio. Os estudantes apresentam uma aprendizagem fragmentada e cheia de lacunas, principalmente, nas disciplinas de português e matemática:

E acho que os conteúdos que eu estudava na escola não foram o suficiente. Os professores repassam o conteúdo, mas não é aprofundado. A gente tem muita dificuldade em relação aos conteúdos. Os professores ensinam alguns conteúdos que pode ajudar a passar na prova, mas a gente tem que estudar por fora. Eu estudei por aplicativos, aí eu ia ampliando o conhecimento para poder passar na prova. Eu também estudei pela internet, com auxílio de vídeo aula ensinando como fazer uma redação. Ainda bem que tem a internet, porque em casa, meu Deus! O pai não sabe nem assinar, a mãe, coitada! Ela estudou só até a terceira série, só sabe assinar o nome dela. O

que a mãe fazia era ir para as reuniões da escola. E foi assim, eu ia me virando, até que deu certo, hoje eu sou universitária (*Maiara*).

Eu tive que procurar ajuda, porque vi que meu nível não era o suficiente para passar no vestibular. Em redação eu tinha muita dificuldade, então tive que estudar por conta própria. Eu pesquisei muito em internet, sites. O que os professores passavam na sala de aula não era tão focado para o vestibular. Só se agora mudou. No meu tempo eu não estudei o suficiente para passar no vestibular. Muitos amigos meus ficaram pelo caminho. Eu lembro quando eu estudava no sétimo ano, mais da metade da sala ficou reprovada, principalmente em português e matemática; todos tinham dificuldades. No ensino médio ficaram mais alguns. E quando ingressei no ensino superior ficou muitos pelo meio do caminho. Mas eu acho que se eles lutarem eles conseguem. Tem que tentar (*Ricardo*).

*Maiara e Ricardo* falam sobre os meios aos quais eles tiveram que recorrer para suprir a deficiência nos conteúdos. Os dois apontam a redação como a principal deficiência, fato que indica possíveis dificuldades em língua portuguesa. A redação é uma das principais notas para conseguir aprovação em um vestibular. Sabendo de suas fragilidades, *Maiara e Ricardo* usaram a internet para pesquisar por material de estudos. Essa foi a saída encontrada por eles, tendo em vista que os conteúdos repassados em sala de aula eram insuficientes e não poderiam contar com a ajuda de seus pais, pelo fato de estes serem analfabetos. Esse tipo de improviso praticado por muitos estudantes é uma forma de driblar as dificuldades encontradas em sala de aula. O percurso até o vestibular é cheio de incertezas, é o que vemos nas falas dos dois beneficiários do PBF.

Bourdieu (2001) explica que os mecanismos determinantes para a eliminação dos estudantes menos favorecidos começam em casa. Segundo esse estudioso, tais mecanismos têm a ver com o capital cultural, pois sua presença ou ausência pode ser determinante para o êxito dos filhos. Nos lares onde os pais são alfabetizados e detentores de diplomas, os filhos são privilegiados com esse capital cultural transmitido pelos pais. Já nas famílias constituídas por pais analfabetos, os filhos têm menos êxito escolar. Essa referência em casa faz muita diferença na disputa por uma vaga nas universidades. Para Schwartzman (2016), é no espaço familiar que começa a base do desempenho escolar das crianças ao longo de sua vida escolar.

Na verdade, o ambiente familiar não é um fator determinante para o êxito escolar na vida dos brasileiros, mas, ele exerce forte influência na trajetória escolar, como no caso da *Maiara e Ricardo* que, mesmo sendo filhos de pais analfabetos, conseguiram ser aprovados no vestibular. Entretanto, como não contavam com o auxílio dos pais para fazer as tarefas da escola, as dificuldades foram maiores do que aquelas que podem ou não ter sido enfrentadas por estudantes que contam com o auxílio dos pais.

O analfabetismo entre os pais é um fator presente no perfil da maior parte das famílias beneficiárias do PBF. Entre beneficiários e não beneficiários, a porcentagem de analfabetos no município de Alcântaras chega a 38,66%, o que equivale a 4.457 pessoas, isso conforme o Atlas de Desenvolvimento Humano elaborado pelo PNUD, em 2013. Esse ponto confirma que, no Brasil, pobreza e analfabetismo caminham lado a lado. O analfabetismo dos pais pode acarretar, portanto, prejuízos na formação escolar dos seus filhos. E, muito embora os genitores das famílias reconheçam que os estudos são importantes, eles não sabem como proceder em determinadas situações.

Os pais dos estudantes, inocentemente, acreditam que apenas a presença escolar dos filhos é o suficiente. Essa negligência involuntária dos pais impacta diretamente no rendimento escolar dos filhos, o que diminui as chances de êxito diante dos estudantes com pais alfabetizados. Esse baixo rendimento escolar contribui para que o Nobel de Economia Amartya Sen (2000) classificasse como o pior tipo de pobreza que existe, que é a privação de oportunidades. Poucos jovens oriundos de famílias pobres conseguem chegar ao ensino superior, como mostra um estudo de Gois (2016). Nele, o pesquisador revela que as chances desses estudantes conseguirem acessar o ensino superior é de apenas 2%.

Dito isso, voltemos nossa atenção para mais algumas falas de *Maiara* e *Ricardo*:

Eu lembro que no começo era muito difícil, faltava tudo. Aqui não tem emprego, a mãe nunca trabalhou de carteira assinada. O pai arranja uma diária aqui acolá. Ele trabalha na roça, e só aparece trabalho no período chuvoso, quando o povo começa a plantar. Com esse Bolsa Família ficou melhor. A mãe sabe que sempre tem aquele dinheirinho certo. Sempre tem o feijão o arroz; o meu material da escola ela comprava tudo com esse dinheiro: caneta, caderno, lápis, borracha; as minhas roupas. É um dinheiro que ajuda muito aqui em casa. (*Maiara*).

Com esse Bolsa Família é outra coisa. Antes aqui em casa era difícil ter um pão na hora do café. Eu ia estudar apenas com o café; era até difícil eu me concentrar nas aulas. Depois desse programa sempre tem o pão a bolacha; tem o arroz, o feijão. Melhorou! E eu achava até difícil eu conseguir fazer um curso superior, porque eu sabia das minhas limitações. Eu tinha dificuldades em algumas matérias. Eu fiz esse vestibular pensando que se eu não passasse, eu não iria fazer mais. Esse é o segundo que eu faço (*Ricardo*).

Os dois jovens entrevistados mencionam o PBF como um período em que eles não passaram fome. Com isso, constatamos que, embora seja um valor pequeno repassado pelo governo, esse programa fez uma grande diferença em suas vidas. O sonho de cursar um curso de nível superior falou mais alto. Essa persistência, juntamente com suas dificuldades para se conquistar uma vaga no ensino superior, só confirma o que Silva e Veloso (2010) denominam de seleção social: um processo elitista que favorece mais os candidatos detentores de capital

econômico e cultural.

É uma seleção que se constitui em um verdadeiro filtro social: os que entram e os que ficam de fora, ao mesmo tempo, que o discurso de meritocracia é usado para encobrir a sua verdadeira essência seletiva e excludente. Nessa linha de raciocínio, as universidades públicas brasileiras parecem funcionar mais como um mecanismo de perpetuação de desigualdade de renda, como diz Gisi (2006), afinal, o vestibular escolhe os já escolhidos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta desses jovens para chegar ao ensino superior reflete a realidade de muitos brasileiros. É um retrato fiel do que Santos (1987) chamou de “cidadania mutilada,” em que indivíduos dotados das mesmas capacidades não têm as mesmas oportunidades. São histórias que, infelizmente, fazem parte da realidade de muitos brasileiros que precisam recorrer ao improvisado de pesquisar materiais na internet para suprir suas dificuldades.

Suas atitudes mostram que, para um pobre poder chegar ao ensino superior, não basta apenas ser um bom estudante, também é preciso ter muita força de vontade para driblar as adversidades que vão surgindo diariamente.

Podemos observar que o ensino superior entre os anos de 2000 a 2010 ficou mais acessível para os jovens do município de Alcântaras. Esse é praticamente o mesmo período que foi implantado o PBF no país. Os dados do histórico do nível de escolaridade do município mostram que os números vêm melhorando gradualmente, entretanto, ainda são preocupantes, principalmente, quando se referem à taxa de analfabetismo que, mesmo tendo uma diminuição, chega a preocupantes 38,66%. Por outro lado, quando se analisa a taxa de frequência escolar, é possível notar que os números são excelentes, com 96,23%, melhor que a média nacional de 93,81%. Esse fato reforça a importância do PBF, já que para receber o benefício é preciso ter, no mínimo, 75% de frequência escolar.

Os dados apresentados também comprovam que o número de jovens com o ensino médio vem aumentando no município de Alcântaras. Esse crescimento certamente tem a ver com a presença do PBF na vida das famílias carentes de Alcântaras.

O PBF trata-se, portanto, de um programa que tem se mostrado de muita importância para a vida dos estudantes, ao passo que as famílias beneficiárias têm o compromisso de cumprir as condicionalidades de saúde e educação e, em contrapartida, recebem o repasse monetário, como verificamos nas falas de *Maiara* e *Ricardo* ao se referirem ao programa como um recurso destinado à compra de material escolar e à compra de alimentos para suas famílias que, direta ou indiretamente, contribuíram para a chegada desses dois jovens numa

universidade pública.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos, que possibilitou dedicação exclusiva a pesquisa de mestrado, culminando não apenas na minha dissertação, mas também na publicação de artigos científicos.

## REFERENCIAS

BOURDIEU, Pierre; NOGUEIRA, M. A; CATANI, A (Orgs.). **Escritos de educação**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Mapa do Analfabetismo no Brasil**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, s.d. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3>. Acesso em: 01 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Relatórios de Informações Sociais. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2019/abril/bolsa-familia-repassa-r-2-6-bilhoes-a-beneficiarios-em-abril>. Acesso em: 27/06/2019.

\_\_\_\_\_. Plano Brasil Sem Miséria- PBSM. Disponível em: [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/nucleo/grupo.php?id\\_grupo=69](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/nucleo/grupo.php?id_grupo=69). Acesso em: 20/06/2019.

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. *Cadernos de Pesquisa*, n. 116, p. 245-262, jun. 2002.

GARCIA, A. V; HILLESHEIM, J. Pobreza e desigualdades educacionais: uma análise com base nos Planos Nacionais de Educação e nos Planos Plurianuais Federais. **EDUCAR EM REVISTA**, v. 33, p. 131-147, 2017.

GISI, M. L. A educação superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 6, n. 17, p. 97-112, jan./abr. 2006.

GOIS, Antonio. **Chance de um aluno mais pobre entrar numa universidade pública é de apenas 2%. Quadro não é muito diferente nas particulares**, O Globo [online], 14 nov. 2016. Disponível em: <http://blogs.oglobo.globo.com/antoniogois/post/chance-de-um-aluno-mais-pobre-entrar-numa-universidade-publica-ede- apenas-2-quadro-nao-e-muito-diferente-nas-particulares.html>. Acesso em: 22 jun. 2019.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/alcantaras/panorama>>. Acesso em: 25/03/ 2019a.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/alcantaras.html>>. Acesso em 27/03/2019b.

INEP. Censos Escolares da Educação Superior 2001-2010. Brasília, DF: **Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Disponíveis em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 18 jul. 2019.

INEP. Censos Escolares da Educação Superior 2017. **Brasília, DF: Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Disponíveis em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 19 jul. 2019.

IPEA. PNAD 2009: **Primeiros Resultados. Situação da educação brasileira: avanços e problemas**. Brasília, Comunicado do IPEA n. 66, novembro 2010. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/101118\\_comunicadoipea66\\_apresentacao.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/101118_comunicadoipea66_apresentacao.pdf)>. Acesso em: 18 julho. 2019.

IPECE – Instituto de Pesquisa Econômica e Estratégia do Ceará. **Perfil Básico Municipal – PBM 2017: Alcântaras**. Disponível em: <http://www.ipece.gov.ce>. Acesso em 12/09/2018.

NUNES, B. **Verdades e mentiras do Censo da Educação Superior**. São Paulo, Revista Veja, 08 de novembro de 2011. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/verdades-e-mentiras-do-censo-da-educacao-superior/>. Acesso em: 18 jul. 2019.

OLIVEIRA, J. F.; BITTAR, M.; LEMOS, J. R. **Ensino superior noturno no Brasil: democratização do acesso, da permanência e da qualidade**. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 19, n. 40, p. 247-268, maio/ago. 2010.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas de desenvolvimento humano do Brasil de 2013**. 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: agosto de 2019.

PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano. Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2013**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/download/>. Acesso em: agosto de 2019.

RISTOFF, Dilvo. **O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 3, p. 723-747, nov. 2014.

SILVA, Maria das Graças Martins da; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. Acesso à educação superior: significados e tendências em curso. **Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, [S.l.], jun. 2013. ISSN 2318-1982. Disponível em: <<http://www.gpec.ucdb.br/serie-estudos/index.php/serie-estudos/article/view/156/197>>. Acesso em: 19 jul. 2019.